



**SUBSÍDIOS À CAMPANHA SALARIAL COPEL – 2013**  
**DATA BASE OUTUBRO 2013**

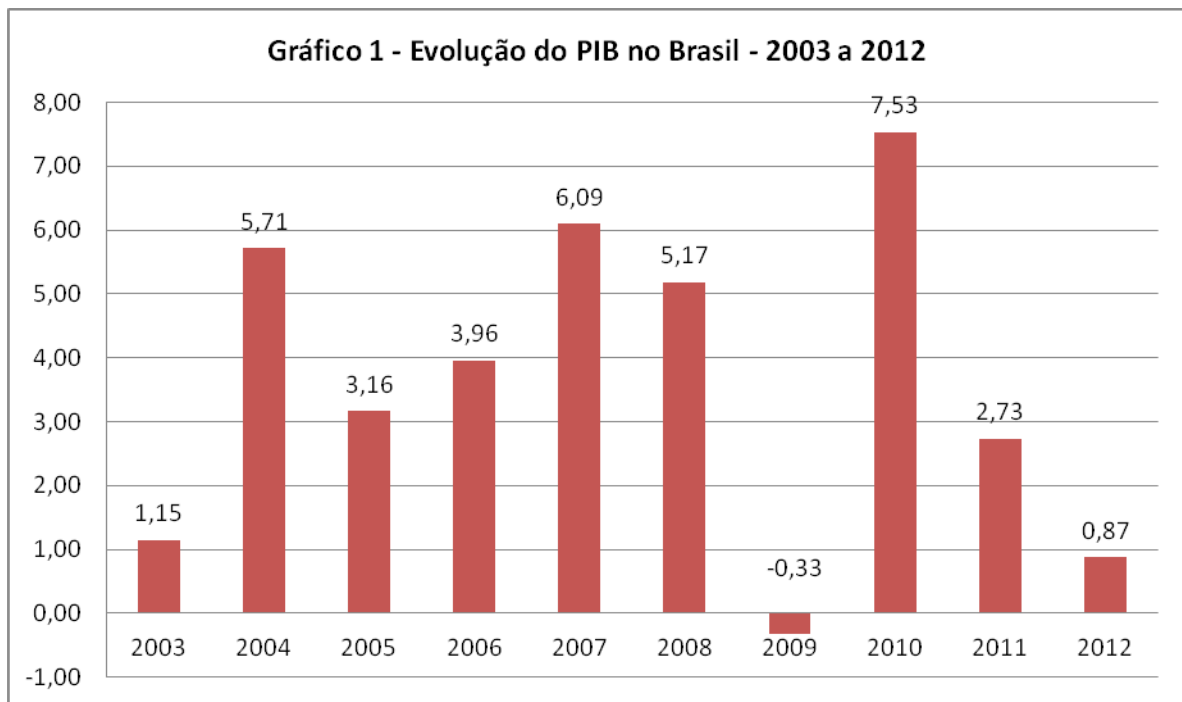
**AGOSTO DE 2013**

## **1 – CONJUNTURA ECONÔMICA**

Nos últimos anos, tem-se observado a retomada do crescimento econômico nacional, principalmente a partir de 2004, após quase duas décadas de recessão econômica, quando convivíamos com a adoção de políticas de abertura econômica bem como a redução da participação do papel do Estado na economia. Desta forma, a partir de 2004 o país passou a apresentar taxas expressivas de crescimento econômico, com destaque para os anos 2008 e 2010, quando o PIB apresentou elevação de 5,1% e 7,5% respectivamente. Resultados expressivos que foram impulsionados pelo dinamismo do mercado interno. O cenário de geração de postos de trabalhos formais, negociações coletivas com ganhos reais, política de valorização do salário, programas de transferência de renda (Bolsa Família) e crescimento da renda contribuíram para o avanço do consumo das famílias e do crédito, favorecendo todos os setores da economia.

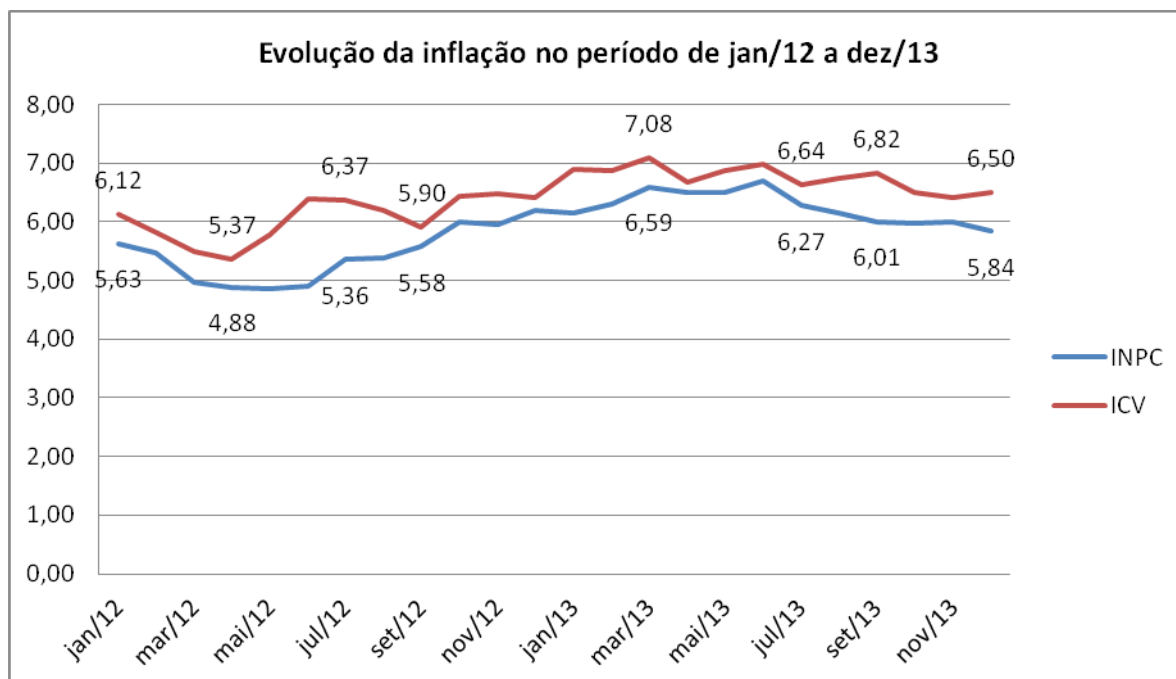
Todavia, durante o segundo semestre de 2008 ocorreu crise financeira internacional de grandes proporções (a maior desde 1929), que acabou afetando todos os países do mundo, que mesmo até o presente momento ainda sofrem com seus impactos negativos. Após 2010, a economia brasileira tem alcançado baixas taxas de crescimento econômico – em 2012 o PIB teve aumento de 0,9 %.

No gráfico abaixo, é possível verificar a evolução do PIB brasileiro no período de 2003 a 2012, com crescimento significativo principalmente a partir de 2004, interrompido em 2009 em função da crise financeira internacional. E por fim, em 2010, o expressivo crescimento de 7,5% (desde meados da década de 80 o país não apresentava estas taxas de crescimento econômico). Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 e 2012 demonstram o cenário de desaquecimento da economia brasileira. Segundo o IBGE, o crescimento do PIB no ano passado foi de 0,9 %.



Dados divulgados pelos IBGE demonstram que apesar da redução dos patamares de crescimento da economia brasileira em relação aos anos anteriores, os indicadores do PIB referentes ao primeiro trimestre de 2013 indicam uma retomada do crescimento. Nos doze meses terminados em março deste ano a atividade econômica no Brasil apresentou crescimento de 1,2%, portanto, crescimento superior verificado durante o segundo semestre de 2012. Dados do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), que pode ser considerado uma medição mensal aproximada do PIB, demonstravam que, durante o segundo trimestre de 2013, a economia nacional estava crescendo ao ritmo de 4% ao ano. Em 2013, apesar das incertezas existentes nos mercados nacional e internacional, que provocam redução dos níveis de investimento, a expectativa é de que o crescimento do PIB atinja patamares entre 2,5% a 3%.

A partir do segundo semestre de 2012, assistiu-se no Brasil a um cenário de elevação dos índices inflacionários que perdurou até junho deste ano, quando a inflação acumulada em doze meses fechados em julho medida pelos principais institutos de pesquisa passou apresentar tendência de queda, inclusive com a queda de 0,13% verificada no INPC do mês de julho. Segundo estimativas do Banco Central, é esperado que tanto o INPC (balizador das negociações coletivas) quanto o IPCA (índice oficial de inflação, utilizado para o Regime de Metas de Inflação) apresentem queda fechando o ano de 2013 com percentuais abaixo de 6%.



Nos últimos meses, a alta dos índices de inflação tem sido ocasionada majoritariamente pela pressão sofrida pelo grupo alimentação e bebidas, que em função de questões climáticas e quebra de safras tanto nacionais quanto internacionais tem pressionado os preços dos alimentos. Porém, os dados dos últimos meses demonstram a desaceleração nos preços de alimentação e bebidas. Além disso, a sazonalidade característica do início do ano também contribuiu para elevação da inflação, com aumentos em itens como transporte, despesas pessoais e educação.

No entanto, apesar da pressão dos primeiros meses do ano, a inflação já possuía uma tendência de queda, principalmente em função de fatores como safra nacional recorde, desoneração de produtos da cesta básica e queda nas tarifas de energia elétrica. Além disso, as ondas de protestos que agitaram o Brasil no período recente também contribuíram para queda da inflação, devido à queda nas tarifas do transporte público coletivo.

Todavia, em função de fortes pressões da grande mídia e do mercado financeiro, preconizando que a inflação no Brasil estaria descontrolada, que corríamos o risco de voltarmos a ter hiperinflação como nas décadas de 80 e 90 do século passado ou mesmo que estaríamos convivendo com uma inflação de demanda, o Banco Central a partir de abril deste ano passou a elevar a Selic, que saiu de 7,25% para 8,5%.

O fato concreto é que não estamos vivendo em um cenário de descontrole inflacionário. Pelo contrário, a inflação tem se mantido em patamares controlados, dentro dos limites do Regime de

Metas de Inflação, e conseqüentemente não há riscos de volta da hiperinflação. Além disso, como dizer que o país está em um cenário de inflação de demanda sendo que o crescimento econômico tem sido baixo e os indicadores dos diversos setores econômicos indicam desaquecimento? Logo, o discurso de diversos agentes econômicos para elevação dos juros foi certamente para aumentar a Selic e aumentar os retornos obtidos pelo mercado financeiro. A título de exemplo, em 2012 o Brasil gastou mais de R\$ 200 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública.

A utilização do instrumento da elevação dos juros para combater a inflação acaba produzindo efeitos perversos na economia brasileira, como redução do ritmo de crescimento econômico, encarecimento do crédito, aumento do endividamento público, valorização do real frente ao dólar (desestimulando as exportações, favorecendo as importações e atraindo capitais especulativos), e acaba tendo pouca contribuição para atingir o foco inflacionário.

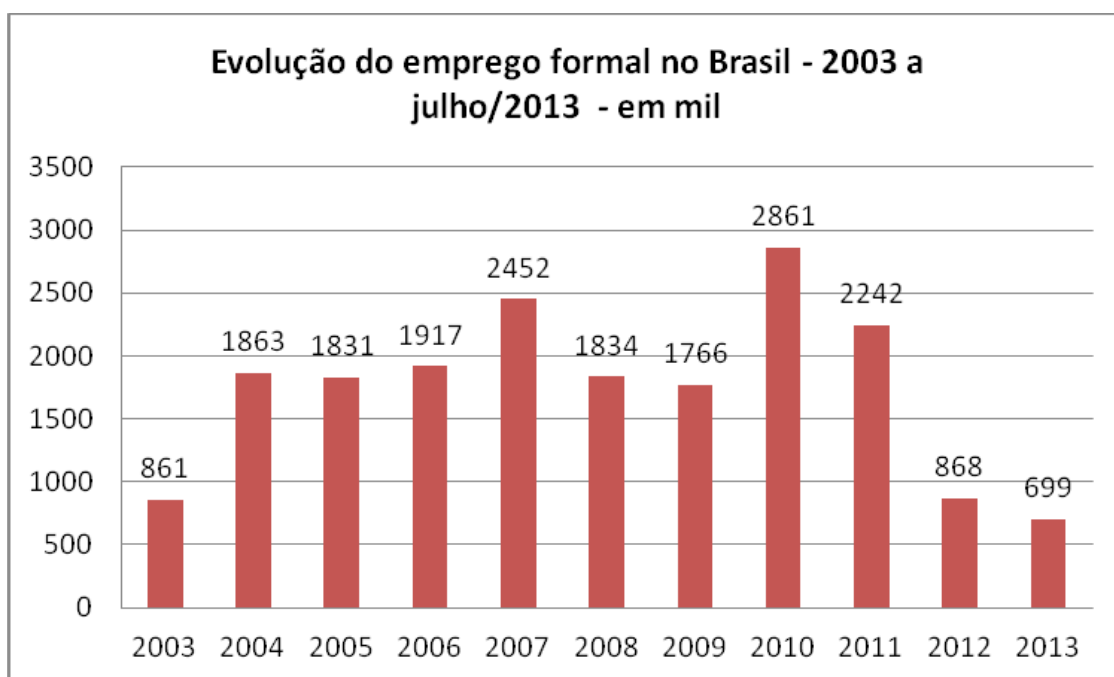
Apesar das medidas monetárias contracionistas, que vão no sentido de elevar a Selic, reduzindo o ritmo de crescimento econômico, o governo federal tem implementado políticas fiscais para incentivar desenvolvimento de setores essenciais da economia, principalmente o setor industrial, das atividades mais afetadas pela redução do ritmo de crescimento internacional bem como pela concorrência no mercado interno com produtos vindos de países asiáticos, em especial da China. Entre as medidas adotadas para estimular o crescimento econômico estão elevação dos investimentos públicos e privados (PAC, Copa do Mundo, Olimpíadas, concessão de rodovias, ferrovias, aeroportos etc.), redução das tarifas de energia elétrica e desoneração da folha de pagamentos.

Desta forma, mesmo com a incerteza decorrente do desdobramento dos acontecimentos internacionais e nacionais, a economia brasileira encontra-se numa situação privilegiada, por deter um mercado interno forte, impulsionado pelo crescimento do emprego e da renda, que têm sido fundamentais para sustentação do ritmo de crescimento nacional nos últimos anos, implicando ainda na melhoria na distribuição de renda e na ascensão social de milhões de brasileiros.

Em um cenário econômico marcado por baixas taxas de inflação, acompanhado de crescimento econômico (mesmo com redução do ritmo de crescimento), elevada geração de postos de trabalho e redução das taxas de desemprego, como no período recente, aumenta-se o poder de barganha e mobilização dos trabalhadores, favorecendo assim a luta por melhores resultados nas negociações coletivas, que redundam em melhoria nas condições de trabalho e também em ganhos reais. Deve-se destacar, ainda, que em 2012, mesmo com a redução do crescimento da economia brasileira e a

elevação da inflação no segundo semestre, os resultados obtidos pelos trabalhadores foram positivos – criando-se assim um novo patamar para as negociações coletivas no país.

Mesmo em um cenário de desaceleração da economia, o mercado de trabalho continua apresentando resultados positivos, ainda que em menores patamares dos verificados em anos anteriores. Conforme dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em julho de 2012 foram gerados no país 41 mil empregos. No acumulado de janeiro a julho foram abertos quase 700 mil empregos formais celetistas. Por meio do gráfico abaixo, é possível verificar a geração empregos no Brasil de 2003 até julho deste ano. Lembramos que o ano de 2010 representou o melhor resultado da série histórica da RAIS, com a geração de quase 3 milhões de empregos no Brasil, panorama favorecido pelo elevado crescimento do PIB verificado no ano (7,5%). Ressalta-se que os dados de 2003 a 2011 são referentes à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que agrega além dos trabalhadores celetistas também os estatutários, já as informações para os anos de 2012 e 2013 são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que mensuram somente os trabalhadores celetistas.



## **2 – NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NO BRASIL**

A partir de 2004, as negociações coletivas no Brasil apresentam uma mudança de tendência em relação ao período compreendido entre 1996 e 2003. Nesta época, a maior parte das categorias não conseguia repor a inflação e dificilmente alcançava-se ganhos reais. Com o cenário de crescimento econômico sustentado a partir de 2004, inflação em baixos patamares e mobilização dos trabalhadores, parte considerável das negociações resulta em ganhos reais. Além disso, quase todas negociações conseguem ao menos repor a inflação.

Conforme o Balanço das Negociações dos Reajustes elaborados pelo Dieese, 2012 foi o melhor ano para as negociações coletivas desde 1996, com praticamente todas as categorias conseguindo no mínimo repor a inflação. Além disso, se observou elevação nos patamares de ganhos reais obtidos nos acordos e convenções coletivas de trabalho. Vale ressaltar que este resultado expressivo foi conquistado mesmo em um cenário de desaceleração econômica. Sendo assim, em 2012, 98,7% das negociações coletivas resultaram em reajustes salariais iguais ou acima de inflação, onde 94,6% tiveram reajustes acima da inflação e 4,1% tiveram reajustes iguais à inflação. Por fim, apenas 1,3% das negociações analisadas não conseguiram repor a inflação.

Através da tabela abaixo é possível visualizar o comportamento das negociações no período de 2008 a 2012, demonstrando os avanços conquistados pelas entidades sindicais nos últimos anos. Em 2008, o percentual de negociações que obtinham reajustes iguais ou superiores ao INPC era de 89%, ultrapassando os 90% nos anos seguintes e finalizando 2012 em 98,7%. Para efeitos de comparação, nos cinco anos foram analisados os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação.

Tabela 1 - Distribuição de reajustes salariais em comparação com INPC-IBGE, no Brasil – 2008 a 2012

Variação	2008	2009	2010	2011	2012
	%	%	%	%	%
<b>Acima do INPC</b>	<b>78,3</b>	<b>80,5</b>	<b>87,8</b>	<b>87,1</b>	<b>94,6</b>
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
<b>Igual ao INPC</b>	<b>10,7</b>	<b>11,6</b>	<b>7,7</b>	<b>7,1</b>	<b>4,1</b>
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>11,1</b>	<b>7,8</b>	<b>4,5</b>	<b>5,8</b>	<b>1,3</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: DIEESE / SAS-DIEESE

Elaboração: DIEESE / ER-PR

Além do aumento da participação das negociações com reajustes iguais ou superiores a inflação, nota-se ainda o avanço expressivo dos patamares de ganhos reais em relação aos anos anteriores. Entre 2008 e 2009, os ganhos reais conquistados pelos trabalhadores estavam concentrados na faixa de 0,01% a 1%, portanto, reajustes muito próximos à inflação acumulada na data base. Em 2010, um houve equilíbrio na distribuição das faixas de ganho real, sendo estes concentrados na faixa de 0,01% a 2% (55% do total), sendo 27,3% na faixa de 0,01% a 1% e 27,7% na faixa de 1,01% a 2%. Em 2011, houve um avanço no patamar do ganho real com 36,1% situados na faixa de 1,01% a 2%.

Por fim, em 2012 nota-se elevação expressiva dos ganhos reais, com os da faixa de 1,01% a 3%, representando cerca de 63% do total das negociações coletivas. As faixas de 1,01% a 2% e de 2,01% a 3%, tiveram participação de 34,2% e 28,4% respectivamente. Destaque-se, ainda, que quase 75% do total das negociações mensuradas tiveram ganhos reais acima de 1,01%. Além disso, 4,4% do total das negociações coletivas resultaram em reajustes salariais com ganhos reais acima de 5%.

Em resumo, o avanço no patamar de ganho real médio conquistado pelos trabalhadores, no período de 2008 a 2009, ficou ligeiramente abaixo de 1%. Em 2010, atingiu 1,67%, caindo para 1,34% em 2011 e voltando a subir em 2012 para quase 2% (1,96%).



Os dados das negociações coletivas no Brasil referentes ao primeiro semestre de 2013 demonstram uma redução de participação das unidades de negociações que tem conseguido repor a inflação. Até julho deste ano, 91,5% das 328 negociações analisadas conseguiram repor a inflação ou tiveram ganhos reais, distribuídas da seguinte maneira: 84,5% tiveram ganhos reais e 7% somente repuseram a inflação. Por outro lado, 8,5% do total das negociações não conseguiram nem mesmo repor a inflação da data-base. Cerca de metade das negociações resultaram em reajustes com ganhos reais acima de 1,01%. Já o ganho real médio do período foi de 1,19%.

Observa-se que, mesmo em um cenário de crise financeira internacional, incertezas no horizonte, redução do ritmo do crescimento econômico nacional, os resultados das negociações coletivas no Brasil têm sido positivos, com expressivos avanços para os trabalhadores, contribuindo assim para a melhoria na distribuição de renda e crescimento econômico. Fatores como os baixos índices inflacionários, mercado de trabalho ainda aquecido, baixa taxa de desemprego, escassez de mãos de obra em alguns setores de atividade econômica, avanço do salário mínimo e dos pisos regionais, bem como a força de mobilização das entidades sindicais, tem contribuído para os bons resultados.

### **Negociações Coletivas no setor elétrico**

Analisando as negociações do setor elétrico brasileiro 2012, nota-se que os reajustes obtidos pelas entidades sindicais tiveram resultados ligeiramente inferiores aos conquistados pelo total das negociações coletivas realizadas no Brasil. Em 2012, 97,5% das negociações realizadas neste setor tiveram reajustes iguais ou superiores a inflação, onde 90,2% das negociações resultaram em ganhos reais e 7,3% resultaram em reajustes que somente repuseram a inflação da data base. Por fim, apenas 2,4% das negociações não conseguiram repor a inflação, no melhor resultado da série.

Entre 2008 e 2012, observa-se uma elevação das negociações que resultaram em ganhos reais de 61,8% para 90,2% no total. Por outro lado, notou-se redução das negociações com reajustes iguais ou abaixo da inflação. Além disso, verificou-se uma elevação no patamar de ganho real. Entre 2008 e 2009, os ganhos reais estavam concentrados na faixa de 0,01% a 1%. Em 2010, exatamente a metade das negociações teve reajustes na faixa entre 1,01% a 2%. Já em 2011, as negociações estavam distribuídas linearmente, com as faixas de 0,01% a 1% e 1,01% a 2% com participações de 41,5% sobre o total. E por fim, em 2012, a maioria (51,2%) das negociações coletivas celebradas no setor elétrico estava concentrada na faixa de 1,01% a 2% de ganho real. Além disso, no ano passado 68,3% das negociações resultaram em reajustes com ganhos reais acima de 1,01%, e 12,2% do total

das negociações coletivas resultaram em ganhos reais acima de 3%.

Tabela 2 – Distribuição de reajustes salariais do Setor Elétrico, em comparação com INPC-IBGE, em 2008 a 2012

Variação	2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Acima do INPC</b>	<b>21</b>	<b>61,8</b>	<b>29</b>	<b>78,4</b>	<b>34</b>	<b>81,0</b>	<b>37</b>	<b>90,2</b>	<b>37</b>	<b>90,2</b>
Mais de 3%	1	2,9	0	0,0	2	4,8	1	2,4	5	12,2
De 2,01% a 3%	0	0,0	0	0,0	1	2,4	2	4,9	2	4,9
De 1,01% a 2%	4	11,8	10	27,0	21	50,0	17	41,5	21	51,2
De 0,01% a 1%	16	47,1	19	51,4	10	23,8	17	41,5	9	22,0
<b>Igual ao INPC</b>	<b>6</b>	<b>17,6</b>	<b>1</b>	<b>2,7</b>	<b>2</b>	<b>4,8</b>	<b>2</b>	<b>4,9</b>	<b>3</b>	<b>7,3</b>
De -0,01% a -1%	6	17,6	6	16,2	6	14,3	2	4,9	1	2,4
De -1,01% a -2%	1	2,9	1	2,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
De -2,01% a -3%	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de -3%	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>7</b>	<b>20,6</b>	<b>7</b>	<b>18,9</b>	<b>6</b>	<b>14,3</b>	<b>2</b>	<b>4,9</b>	<b>1</b>	<b>2,4</b>
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>37</b>	<b>100,0</b>	<b>42</b>	<b>100,0</b>	<b>41</b>	<b>100,0</b>	<b>41</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE e Sindicatos

Elaboração: DIEESE / Subseção SENGE-PR

### 3 – INFLAÇÃO E DATA-BASE

A partir do segundo semestre de 2012, assistiu-se no Brasil a um cenário de elevação dos índices inflacionários que perdurou até junho deste ano, quando a inflação acumulada em doze meses fechados em julho medida pelos principais institutos de pesquisa passou a apresentar tendência de baixa, inclusive com a queda de 0,13% verificada no INPC do mês de julho. Segundo estimativas do Banco Central, tanto o INPC (balizador das negociações coletivas) quanto o IPCA (índice oficial de inflação, utilizado para o Regime de Metas de Inflação) devem apresentem queda, fechando o ano de 2013 com percentuais abaixo de 6%.

Nos últimos meses, a alta dos índices de inflação tem sido ocasionada majoritariamente pela pressão sofrida pelo grupo alimentação e bebidas, que em função de questões climáticas e quebra de safras tanto nacionais quanto internacionais tem pressionado os preços dos alimentos. Porém, os dados dos últimos meses medidos pelos índices de inflação demonstram a desaceleração de alimentação e bebidas. Além disso, a sazonalidade característica do início do ano também contribuiu para elevação da inflação, como por exemplo, o aumento de itens como transporte, despesas pessoais e educação.

No entanto, apesar da pressão dos primeiros meses do ano, a inflação já possuía uma tendência de queda, principalmente em função de fatores como safra nacional recorde, desoneração de produtos da cesta básica e queda nas tarifas de energia elétrica. Além disso, as ondas de protestos que agitaram o Brasil também contribuíram para queda da inflação devido à baixa nas tarifas do transporte público coletivo.

Para verificar o comportamento dos alimentos em relação aos demais itens que fazem parte do cálculo do INPC, por exemplo, basta observar o índice acumulado dos últimos doze meses fechados em julho. O grupo alimentos e bebidas do INPC teve variação de 11,89%. Alimentação no domicílio aumentou 12,36%, e fora do domicílio cresceu 10,71%. Por outro lado, o INPC apresentou variação de 6,38%. Se considerarmos apenas Curitiba, estas variações serão as seguintes - alimentos e bebidas: 10,01%; alimentação no domicílio: 10,14%; alimentação fora do domicílio: 9,69%; e INPC: 6%.

No período de outubro de 2002 a julho 2013 (faltando ainda os meses de agosto e setembro para fechar o índice da data base outubro, usamos estimativas feitas pelo Banco Central) o INPC nacional está acumulado em 5,24%. Para o período de outubro de 2012 a setembro de 2013, estima-se que o índice fique em 6,02%. Portanto, observa-se que os patamares inflacionários deverão estar ligeiramente superiores aos verificados durante a negociação coletiva de 2012, quando o INPC para a data-base de outubro ficou acumulado em 5,58%. Por outro lado, o patamar muito mais baixo do que o verificado em 2011, por exemplo, quando a inflação acumulada fechou em 7,30%.

Tabela 3 - Inflação período outubro de 2012 a setembro de 2013 – Data Base outubro de 2013

MESES	INPC - IBGE		ICV -DIEESE		IPCA – IBGE	
	Mensal	Acum.	Mensal	Acum.	Mensal	Acum.
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
out/12	0,71	0,71	0,81	0,81	0,59	0,59
nov/12	0,54	1,25	0,57	1,38	0,60	1,19
dez/12	0,74	2,00	0,43	1,82	0,79	1,99
jan/13	0,92	2,94	1,77	3,62	0,86	2,87
fev/13	0,52	3,48	0,12	3,75	0,60	3,49
mar/13	0,60	4,10	0,78	4,56	0,47	3,97
abr/13	0,59	4,71	0,31	4,88	0,55	4,55
mai/13	0,35	5,08	0,61	5,52	0,37	4,93
jun/13	0,28	5,37	0,34	5,88	0,26	5,21
<b>jul/13</b>	<b>-0,13</b>	<b>5,24</b>	<b>0,09</b>	<b>5,97</b>	<b>0,03</b>	<b>5,24</b>
ago/13	0,30	5,55	0,30	6,29	0,29	5,54
set/13	0,44	6,02	0,50	6,82	0,44	6,01

Fonte: IBGE, DIEESE e BANCO CENTRAL

Elaboração: DIEESE/ER-PR

No ano passado, o reajuste salarial obtido pelos trabalhadores da Copel foi de 5,58% em outubro (INPC acumulado na data base), além de 1% a título de ganho real a partir de maio de 2013. Apesar dos reajustes com ganhos reais obtidos pelos sindicatos nos últimos anos, nota-se que ainda assim, os trabalhadores da Copel acumulam perda salarial de cerca de 16% em suas remunerações no período de outubro de 1994 a setembro de 2012.

Além disso, como pôde ser verificado no tópico das negociações coletivas, nos últimos anos os resultados das negociações coletivas na Copel não acompanham a tendência do setor elétrico ou do panorama geral do Brasil. Em vez disso, ficam em patamar abaixo e preocupante, pois pode ocorrer um descolamento entre os salários dos trabalhadores da Copel e o dos trabalhadores do Brasil ou mesmo do Paraná. Não à toa, no período recente a rotatividade tem crescido na empresa, com levas de trabalhadores saindo em busca de melhores oportunidades de trabalho.

#### **4 – INDICADORES SELECIONADOS - COPEL**

##### **Análise Econômico-Financeira**

A Copel obteve lucro líquido de R\$ 650,3 milhões no primeiro semestre de 2013, crescimento expressivo de quase 30% (28,85%), sobre o mesmo período do ano anterior. O lucro operacional também apresentou crescimento expressivo, com aumento de 37,28% passando de R\$ 700 milhões para R\$ 960 milhões. A receita operacional líquida da companhia cresceu 10,61%, atingindo R\$ 4,482 bilhões ao final do primeiro semestre de 2013. Nota-se, ainda, que ativo total e patrimônio líquido também tiveram melhoria, com crescimento de 13,22% e 3,6%, respectivamente.

Tabela 4 – Demonstração de resultados da Copel (indicadores selecionados) – 1 semestre de 2012 e 2013 - em R\$ mil

	2012	2013	Var.(%)
Ativo Total	19.292.827	21.842.993	13,22
Patrimônio Líquido	12.492.533	12.942.022	3,60
Receita Operacional Líquida	4.051.561	4.481.542	10,61
Custos e Despesas Operacionais	3.363.010	3.702.113	10,08
Lucro Operacional	699.544	960.355	37,28
Lucro Líquido	504.686	650.271	28,85
Lajida/Ebtida	999.415	1.103.811	10,45

Fonte: Demonstrações Contábeis Copel

Elaboração: DIEESE / Subseção Senge-PR

Nota-se que a política econômico-financeira e de investimentos adotada pela Copel após o processo de antecipação da renovação das concessões do setor elétrico, em que a empresa optou por não renovar suas concessões de geração e por renovar suas concessões de transmissão, foi utilizar do montante de energia elétrica disponível devido a não renovação das concessões bem como à “descontratação”<sup>1</sup> de parte da energia gerada ao final de 2012, para fazer caixa no mercado livre<sup>2</sup>, principalmente no segmento de curto prazo. Os dados analisados de suas demonstrações contábeis demonstram que do ponto de vista estritamente econômico-financeiro a estratégia foi viável, haja vista a significativa melhoria em seus indicadores.

Portanto, o que se verificou na prática foi exatamente o inverso do propalado por representantes da direção da empresa durante a negociação coletiva 2012, quando se ouviu que a partir da MP 579 a empresa passaria a encontrar dificuldades financeiras, com forte impacto sobre receitas, sendo inclusive dito que o futuro da empresa estaria comprometido com as medidas adotadas pelo governo federal para redução do custo da energia elétrica no país. Pintou-se “o pior dos mundos” com vistas à celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (2012/2013) para seus trabalhadores. Todavia, também durante o período das negociações coletivas foi encaminhado pela Copel pelo setor de Relações com Investidores comunicado ao mercado intitulado “COPEL será uma das empresas menos afetadas pelas novas regras do setor elétrico” (RI 12/12, de 12 de setembro de 2012). Cabe destacar a seguinte passagem do documento: “Preliminarmente, não verificamos impactos relevantes sobre as nossas atividades”. Durante o ano passado, as entidades sindicais representantes dos trabalhadores da Copel já questionavam o discurso dúbio adotado pela companhia, demonstrando que o cenário negativo demonstrado pela Copel não possuía fundamentação e que as medidas implementadas pelo governo federal poderiam inclusive estimular a melhoria dos resultados econômico-financeiros futuros da empresa, o que de fato ocorreu.

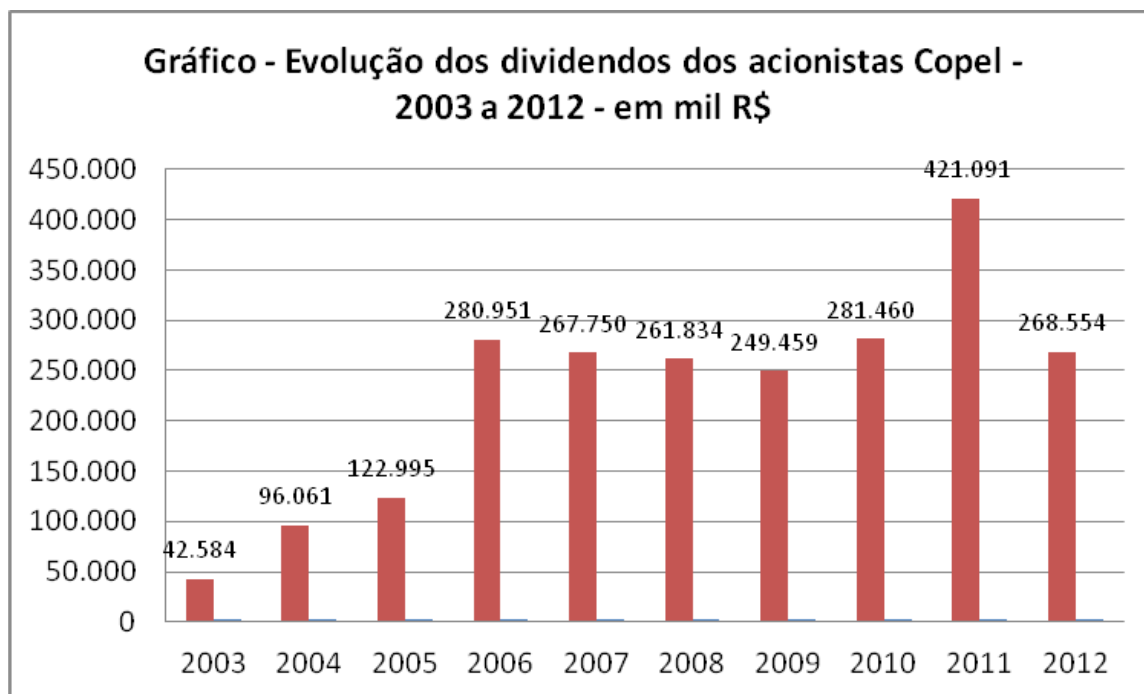
Observa-se nos últimos anos uma política agressiva da companhia na busca de melhorias em seus indicadores econômico-financeiros, reduzindo custos na busca de uma maior lucratividade. Todavia, os rendimentos conquistados pela Copel têm sido direcionados quase que exclusivamente para os acionistas, com o aumento do retorno das aplicações feitas pelos agentes do mercado. Não a toa, recentemente foi elevado o percentual do lucro líquido da Copel destinado aos acionistas, que

---

<sup>1</sup> Energia descontratada: energia que ficou “livre” para as empresas do setor elétrico em função da não adesão às novas regras de antecipação das concessões e término dos contratos de prestação de serviços com a Aneel, logo, esta energia pode ser vendida no chamado mercado livre.

<sup>2</sup> Mercado livre: No Ambiente de Contratação Livre (ACL), popularmente conhecido como mercado livre, os produtores de energia negociam livremente com consumidores livres e especiais (consumidores de grande porte, demandada de elevada quantidade de energia elétrica) a contratação de energia elétrica por meio de contratos bilaterais. Existe ainda o mercado cativo, onde a energia elétrica é fornecida exclusivamente pela distribuidora local, onde estão localizados, por exemplo, os consumidores residenciais.

passou de 25% para 35%. Em 2012, os acionistas receberam R\$ 269 milhões a título dividendos e juros sobre capital próprio. Se considerarmos o período 2003 a 2012, os acionistas da Copel receberam o total de R\$ 2,3 bilhões.



Enquanto isso pouco sobra para ser repartido com aqueles que mais contribuem com seu esforço físico e mental para obtenção dos resultados expressivos conquistados pela empresa, que são seus trabalhadores. Basta ver a discussão envolvendo a negociação do formato e os valores da Participação dos Lucros e Resultados (PLR).

Desta maneira, foi possível visualizar que os indicadores econômico-financeiros apresentados pela Copel ao final do primeiro semestre de 2013 apresentaram melhoria expressiva, influenciados diretamente por fatores como:

- Aumento na receita de fornecimento de energia elétrica, que cresceu 27,8% no período, passando de R\$ 1,218 bilhão para R\$ 1,557 bilhão, devido aos efeitos da revisão tarifária periódica bem como à redução do percentual contabilizado como “disponibilidade da rede elétrica”, e também em função do crescimento de 212,7% no fornecimento de energia para o mercado livre da geração e transmissão.

- Redução de 31,9% na rubrica “disponibilidade da rede elétrica”, que passou de R\$ 1,435 bilhão

para R\$ 977 milhões, em função da revisão tarifária periódica da Copel Distribuição em 2012, bem como da prorrogação dos contratos de transmissão, que resultou em uma redução de R\$ 189 milhões na Receita Anual Permitida (RAP) da Copel Geração e Transmissão.

- Crescimento de 25,9% na conta “suprimento de energia elétrica”, de R\$ 849 milhões para R\$ 1,070 bilhão, decorrente de maior alocação de energia no mercado livre, principalmente no de curto prazo.

- Expansão de 89,7% em “outras receitas operacionais”, subindo de R\$ 92,8 milhões para R\$ 176 milhões, devido principalmente à maior receita de aluguel da UEG Araucária em função do seu despacho no período analisado – em função do risco de racionamento em função de falta de chuvas no país, várias usinas termelétricas foram acionadas para garantir o suprimento de energia elétrica.

- Redução de 51% na Conta “encargos de uso da rede elétrica”, devido ao menor custo com encargos de uso do sistema, à prorrogação das concessões da transmissão e do repasse de recursos provenientes do CDE, que totalizaram R\$ 318,9 milhões no primeiro semestre de 2013, para compensar a redução no preço das tarifas.

- Queda de 5,3% na conta “pessoal e administradores”, segundo a empresa devido aos menores gastos com remunerações e encargos, bem como a não ocorrência de provisões para indenizações do Programa de Desligamento Voluntário (PSDV) encerrado em dezembro de 2012.

- Redução de 52,9% nas despesas financeiras, de R\$ 322,6 milhões para R\$ 152 milhões, ocasionada principalmente pela retirada da conta “atualização do valor justo de contas a receber vinculadas à concessão”, que havia sido contabilizado nas demonstrações da empresa durante o ano passado para mensurar os valores justos que a empresa deveria receber de indenizações da Aneel, afetando inclusive o lucro líquido contabilizado ao final de 2012.

### **Empregados**

O total de funcionários da Copel apresentou queda de 2,10% no primeiro semestre de 2013, passando de 9.540 para 9.340, com os trabalhadores estão distribuídos da seguinte forma: geração e transmissão – 1.814; distribuição – 7.064; e telecomunicações – 462. Além disso, Compagas, Elejor e UEG Araucária, empresas consolidadas com a Copel, contavam com 144, 8 e 10 funcionários respectivamente.

Outro dado que é importante ressaltar para demonstrar a relação existente entre a empresa e seus trabalhadores é o aumento de 13,10% no número de processos trabalhistas ao final de 2012, chegando a um total de 2.969.

Na passagem de 2011 para 2012, as despesas da Copel com pessoal e administradores cresceram 26,86%, passando de R\$ 982,7 milhões para R\$ 1,247 bilhão. Todavia, grande parte do aumento nestes gastos foi em função das provisões para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias, que aumentaram em quase R\$ 105 milhões, saltando de R\$ 64 milhões para R\$ 168 milhões. Além disso, a rubrica administradores teve crescimento de 33,67%, passando de R\$ 11,527 milhões para R\$ 15,408 milhões. Fazem parte desta despesa os gastos com honorários (R\$ 12,073 milhões – 78,36%), encargos sociais (R\$ 3,228 milhões – 20,95%) e outros (R\$ 107 mil – 0,69%).

### **Terceirização**

Segundo informações do Balanço Social<sup>3</sup> de 2012, o número de terceirizados aumentou 5,82% em relação a 2011, passando de 5.220 para 5.524. Se somarmos o número de trabalhadores do quadro próprio (exceto controladas) da empresa com os terceirizados, chega-se ao total de 14.992. Deste total, os terceirizados representam 36,85%, porcentagem que vem crescendo praticamente ano a ano. A terceirização representa a precarização das condições de trabalho, é preocupante observar que o número de trabalhadores terceirizados na Copel tem aumentado significativamente nos últimos anos. No período de 2001 a 2012, o total de empregados da Copel (próprios e terceirizados) cresceu 103,95%, passando de 7.351 para 14.992. No entanto, este aumento foi fortemente influenciado pela elevação expressiva do número de terceirizados, que saltaram de 1.497 para 5.524, crescimento de 269%!

---

<sup>3</sup> Os dados de empregados do balanço social inclui empresas controladas



Tabela 5 – Número de empregados (próprios e terceirizados), na Copel – 2001 a 2012

Período	Empregados	Var.(%)	Terceirizados	Var.(%)	Total	Var.(%)	% de Terceirizados sobre o total
2012	9.468	0,72	5.524	5,82	14.992	2,54	36,85
2011	9.400	5,53	5.220	-0,10	14.620	3,45	35,70
2010	8.907	4,05	5.225	2,67	14.132	3,54	36,97
2009	8.560	1,84	5.089	-0,02	13.649	1,14	37,28
2008	8.405	0,69	5.090	127,54	13.495	27,50	37,72
2007	8.347	2,81	2.237	0,45	10.584	2,30	21,14
2006	8.119	5,39	2.227	-2,84	10.346	3,50	21,53
2005	7.704	14,15	2.292	14,43	9.996	14,21	22,93
2004	6.749	7,25	2.003	-	8.752	39,08	22,89
2003	6.293	7,44	-	-	6.293	-16,68	-
2002	5.857	0,05	1.696	13,29	7.553	2,75	22,45
2001	5.854	-	1.497	-	7.351	-	20,36
<b>Var.(%) 2012/2001</b>		<b>61,74</b>		<b>269,00</b>		<b>103,95</b>	

Fonte: Copel

Elaboração: DIEESE / Subseção Senge-PR

Os dados a respeito sobre a terceirização no setor elétrico alertam para a deterioração das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, com jornadas de trabalhos mais longas, maior rotatividade, menores salários, bem como maior incidência de acidentes e mortes<sup>4</sup>. Entre 2011 e 2012, o número de acidentes de trabalho na Copel cresceu 8,61%, passando de 244 para 265. Indicadores de segurança do trabalho da Aneel demonstram que no período de 2009 a 2012 ocorreram 80 mortes envolvendo trabalhadores próprios e terceirizados e terceiros com acidentes com a rede elétrica no segmento de distribuição da Copel. Através da tabela a seguir, é possível visualizar que a incidência de mortes com trabalhadores terceirizados é elevada, com média de quase quatro mortes por ano.

Tabela 6 - Número de mortes na Copel Distribuição, trabalhadores próprios, terceirizados e com terceiros envolvendo a rede elétrica - 2009 a 2012

	Trabalhadores		Mortes de terceiros - Rede elétrica	Total
	Próprios	Terceirizados		
2009	0	5	17	22
2010	0	6	16	22
2011	3	3	16	22
2012	1	1	12	14
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>61</b>	<b>80</b>

Fonte: Aneel

Elaboração: DIEESE/ER-PR

<sup>4</sup> DIEESE. Estudos e Pesquisas n° 50. Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro.

Além disso, dados da própria Fundação Coge, entidade ligada às empresas do setor elétrico, já alertaram em diversas oportunidades em seus documentos sobre a precariedade das condições de saúde e segurança do trabalho, elevando o risco de acidentes e mesmo de vida para os trabalhadores.

### **Gênero e Raça**

Ao final de 2012, o número de mulheres na companhia era de 2.068. Elas representavam 21,48% do total da força de trabalho da Copel e empresas controladas. Portanto, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres nos últimos anos, sua participação no mercado de trabalho é ainda baixa, sem falar dos preconceitos e discriminações sofridos pelas mulheres. Já o número de negros na Copel atinge apenas a 10,95% do total de funcionários (Copel e controladas), com 1.054 pessoas. É um percentual muito baixo, que ainda caiu em relação ao total verificado em 2011.

### **Indicadores Operacionais**

O consumo de energia no mercado cativo da Copel atingiu 11.379 Gwh no primeiro semestre de 2013, queda de 2,05% em relação ao mesmo período de 2011. O segmento que contribui para este resultado foi o industrial que apresentou redução de 12,28%. Todavia, os demais segmentos tiveram elevação no consumo, com destaque para o residencial, com aumento de 4,59% – crescimento influenciado pela manutenção do crescimento econômico nacional, porém em menores patamares do que verificado em momentos anteriores, acompanhado do avanço do emprego e da renda.

Analisando o consumo de energia, verifica-se que, apesar da queda observada no segmento cativo, o consumo total de energia da Copel no Paraná teve crescimento 3,31%, atingindo 13.789 Gwh. Este crescimento no chamado mercado livre foi ocasionado pela opção da Copel de não renovar suas concessões de geração conforme oferecido pelo governo federal no ano passado. Com isso e os montantes de energia descontratada disponíveis, a companhia pode direcionar este volume de energia para o mercado livre. Logo, houve aumento expressivo neste segmento, tanto no número de consumidores quanto em termos de consumo de energia elétrica. Dessa forma, a queda no consumo de energia no setor industrial não pode ser explicada exclusivamente pelas dificuldades encontradas pelo setor, mas sim também pela migração significativa de empresas do mercado cativo para o mercado livre.

(em GWh)

**Tabela 7 – Desempenho do Consumo por classe**

Classe	Consumo (1.º sem)		Var. (%) - 13/12
	2012	2013	
Industrial	3.247	3.396	4,59
Residencial	3.696	3.242	-12,28
Comercial	2.532	2.551	0,75
Rural	1.049	1.072	2,19
Outras	1.093	1.118	2,29
<b>Total Cativo</b>	<b>11.617</b>	<b>11.379</b>	<b>-2,05</b>
<b>Concessionárias e Permissionária</b>	<b>310</b>	<b>326</b>	<b>5,16</b>
<b>Consumidores Livres</b>	<b>1.420</b>	<b>2.084</b>	<b>46,76</b>
<b>Mercado Fio</b>	<b>13.347</b>	<b>13.789</b>	<b>3,31</b>

Fonte: COPEL

Elaboração: DIEESE / ER - PR

No primeiro semestre de 2013, o número de consumidores no mercado cativo cresceu 3,15%, atingindo um total de 4,097 milhões de consumidores. O segmento que apresentou o maior crescimento foi o industrial, com variação de 8,76%. Por outro lado, o setor rural teve queda de 2,32%. Em compensação, o número de consumidores no mercado livre mais do que dobrou, apresentando crescimento de 107,14%. Por fim, o número de consumidores aumentou 3,15%.

**Tabela 8 – Número de consumidores por classe – 2012 e 2013**

Classe	Consumidores (1.º sem)		Var. (%) - 13/12
	2012	2013	
Industrial	83.186	90.472	8,76
Residencial	3.135.696	3.250.753	3,67
Comercial	323.493	332.585	2,81
Rural	376.473	367.741	-2,32
Outras	52.585	55.019	4,63
<b>Total cativo</b>	<b>3.971.433</b>	<b>4.096.570</b>	<b>3,15</b>
<b>Consumidores livres</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>107,14</b>
<b>Total geral</b>	<b>3.971.447</b>	<b>4.096.599</b>	<b>3,15</b>

Fonte: Copel

Elaboração: DIEESE / ER - PR

Em junho de 2013, a tarifa média de fornecimento da Copel foi de R\$ 206,15 MWh, queda de 15,23% sobre o valor verificado em junho de 2012. A tarifa residencial foi a que apresentou a maior redução, 19,1%. Apesar da queda observada, o segmento residencial continua tendo a maior tarifa média, com valor de R\$ 242,55 MWh. Note-se que, apesar boa intenção do governo federal de ter implementado políticas com o intuito de reduzir o custo da energia elétrica, ela continua sendo uma das mais caras do mundo, principalmente para os consumidores residenciais.

**Tabela 9 – Tarifas médias de fornecimento, por classe da Copel - (em R\$/MWh)**

Classe	Tarifa		Var. (%)
	jun/12	jun/13	
Industrial	207,23	189,05	-8,77
Residencial	299,82	242,55	-19,10
Comercial	269,56	220,00	-18,39
Rural	177,51	146,04	-17,73
Outras	208,29	168,13	-19,28
<b>Total</b>	<b>243,19</b>	<b>206,15</b>	<b>-15,23</b>

Fonte: Copel

Elaboração: DIEESE / ER - PR

## CONCLUSÃO

Os dados de conjuntura econômica demonstram que, apesar da redução no ritmo de crescimento observado no PIB durante o biênio 2011-2012, a perspectiva é de que neste ano o PIB apresente uma retomada do crescimento econômico em níveis razoáveis. Estimativas dos analistas econômicos apontam que este ficará dentro do intervalo de 2,5% a 3% em 2013.

Desta forma, mesmo com a incerteza decorrente do desdobramento da crise econômica internacional, a economia brasileira encontra-se em situação privilegiada. Desde 2004, a retomada do crescimento do emprego e da renda dotou o Brasil de um próspero mercado interno, o que tem sido fundamental para sustentação do ritmo de crescimento econômico nos últimos anos e na melhoria na distribuição de renda e ascensão social de milhões de brasileiros.

Em um cenário econômico marcado por baixas taxas de inflação, acompanhado de crescimento econômico (mesmo que em ritmo reduzido), continuidade no processo de geração de postos de trabalho e estabilidade nas taxas de desemprego, aumenta-se o poder de barganha e mobilização dos trabalhadores, o que favorece a luta por melhores resultados nas negociações coletivas, que redundam em melhoria nas condições de trabalho e também em ganhos reais. Deve-se destacar ainda, que em 2012, mesmo com a redução do crescimento da economia brasileira e a elevação da inflação no segundo semestre, os resultados obtidos pelos trabalhadores foram positivos – criando-se assim um novo patamar para as negociações coletivas no país.

No setor elétrico, apesar das medidas implementadas pelo governo federal para antecipar a renovação das concessões e reduzir os custos da energia elétrica no país, a Copel apresentou

resultados expressivos no primeiro semestre de 2013. O lucro líquido atingiu R\$ 650 milhões, crescimento de quase 30%, e receita operacional líquida chegou a R\$ 4,482 bilhões, aumento de 10,61%, demonstrando que a empresa foi pouco afetada pelas medidas – mais que isso, foi até mesmo beneficiada pelas novas regras do setor elétrico.

Após o processo de antecipação da renovação das concessões do setor elétrico, a Copel utilizou o montante de energia elétrica disponível graças à não renovação das concessões bem como à “descontratação” de parte da energia gerada ao final de 2012 para fazer caixa no mercado livre, principalmente no segmento de curto prazo.

Os dados analisados das demonstrações contábeis demonstram que, do ponto de vista estritamente econômico-financeiro, a estratégia foi viável haja vista a significativa melhoria em seus indicadores.

Portanto, o que se verificou na prática foi exatamente o inverso ao propalado por representantes da direção da empresa durante a negociação coletiva de 2012, onde foi preconizado que a partir da MP 579 a Copel passaria a encontrar dificuldades financeiras, e que mesmo o futuro da empresa estaria comprometido. Mas, a investidores, a empresa garantia que seria das menos afetadas pela MP 579.

Durante o ano passado, as entidades sindicais representantes dos trabalhadores da Copel já questionavam o discurso dúbio adotado pela companhia, demonstrando que o cenário negativo demonstrado pela Copel não possuía fundamentação e que as medidas implementadas pelo governo federal poderiam inclusive estimular a melhoria dos resultados econômico-financeiros futuros da empresa – o que de fato ocorreu.

Nos últimos anos, observa-se uma política agressiva da companhia na busca de melhorar seus indicadores econômico-financeiros, reduzindo custos na busca de maior lucratividade. Entretanto, tais rendimentos têm sido direcionados quase que exclusivamente para os acionistas, aumentando o retorno das aplicações feitas pelos agentes do mercado. Não à toa, recentemente foi elevado o percentual do lucro líquido destinado aos acionistas de 25% para 35%. Em 2012, os acionistas receberam o montante de R\$ 269 milhões a título dividendos e juros sobre capital próprio. De 2003 a 2012, os acionistas da Copel receberam o total de R\$ 2,3 bilhões.

Diante disso, pouco sobra para ser repartido com aqueles que mais contribuem com seu esforço físico e mental para obtenção dos resultados expressivos conquistados pela empresa, que são os trabalhadores. Basta ver a discussão envolvendo a negociação do formato e os valores da

## Participação dos Lucros e Resultados (PLR).

Desta maneira, conclui-se que, mesmo num cenário econômico setorial desfavorável desde o ano passado, a Copel tem alcançado melhoria expressiva em indicadores econômico-financeiros e operacionais. Além disso, a tendência é que os resultados da empresa sejam afetados de forma positiva pelos reajustes tarifários autorizados recentemente pela Aneel, com elevação média na tarifa na ordem de 9,55%. Isso provocará um crescimento em suas receitas e por consequência também em seu lucro, especialmente no setor de distribuição.

Tendo em vista a melhoria recente dos indicadores econômico-financeiros e operacionais da Copel, uma importante referência para o setor elétrico nacional, acreditamos que existam condições para que a negociação coletiva se desenvolva de forma positiva, com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, que anseiam por melhores remunerações, benefícios e condições de trabalho, pois são os que mais contribuem com seu esforço físico e mental para os resultados expressivos alcançados da empresa – sem que recebam o devido e merecido reconhecimento por parte da empresa.

Por outro lado, em função da política agressiva da atual gestão da Copel, direcionada ao atendimento das expectativas do mercado financeiro, observa-se que os acionistas a cada ano aumentam expressivamente os recebimentos de dividendos, tendo obtido cifras bilionárias nos últimos anos, enquanto que poucos recursos sobram para o atendimento do pleito dos trabalhadores.

Lembramos ainda que, nos últimos anos, as negociações coletivas feitas pela Copel ficaram abaixo da média geral e do próprio setor elétrico, promovendo um descolamento entre os benefícios recebidos pelos copelianos e os recebidos pelos trabalhadores em geral. Tal fato tem provocado o aumento de rotatividade nos últimos anos, com a saída de trabalhadores de elevado conhecimento técnico. Nos últimos anos, a produtividade do trabalho dos copelianos tem subido de forma constante, sem que estes ganhos sejam repartidos com os trabalhadores.

Além disso, a empresa recebe habitualmente prêmios por sua eficiência, satisfação dos clientes e práticas contábeis, entre outros. Mas, há alguns anos, não é lembrada como uma das melhores para se trabalhar – o que é bastante significativo. Logo, nota-se uma enorme diferença no trato da Copel com acionistas e trabalhadores. Não à toa, assiste-se nos últimos anos o aumento da precarização nas condições de trabalho, saúde e segurança, com aumento na pressão sobre os trabalhadores, de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, bem como crescimento no número de processos

trabalhistas. Por fim, assiste-se a elevação expressiva e contínua no número de trabalhadores terceirizados, prática que resulta no aumento da quantidade de acidentes de trabalho, muitos deles fatais.

Tudo isso dito, resta a conclusão de que há condições financeiras para que a empresa atenda às reivindicações de seus trabalhadores. Resta saber se haverá boa vontade e abertura, por parte da direção da empresa, para que isso aconteça. Nesse cenário, se mostra fundamental uma campanha bem articulada pelos sindicatos, com o envolvimento e a união dos trabalhadores, para que a negociação termine com saldo positivo para os copelianos.